

# Contribuições feministas ao jornalismo

## O ativismo como prática transformadora

“O rótulo da objetividade refere-se, na verdade, à  
subjetividade dos dominantes”

*Alice Coffin, 2021, tradução nossa*

### PAULA SILVEIRA-BARBOSA

*Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*  
paulaesb@yahoo.com  
ORCID : 0000-0003-2012-4978

### PAULA MELANI ROCHA

*Grupo Jornalismo e Gênero  
Universidade Estadual de Ponta Grossa*  
paulamelani@gmail.com  
ORCID : 0000-0001-5525-6650

### KARINA JANZ WOITOWICZ

*Grupo Jornalismo e Gênero  
Universidade Estadual de Ponta Grossa*  
karinajw@gmail.com  
ORCID : 0000-0002-7644-8560



Pode o jornalismo ser militante? Essa é uma questão que intriga pesquisadores(as) e profissionais da área, sobretudo aqueles(as) mais ligados(as) aos ideais de neutralidade, imparcialidade e objetividade, que por muito tempo foram tidos como inquestionáveis. Para responder a essa pergunta, talvez seja necessário discutir brevemente o significado de militante. Pelo dicionário, há três definições possíveis: a) Que ou aquele que milita, que luta e combate; b) Que ou aquele que defende uma causa ou ideia ativamente; c) Que ou aquele que está em exercício ativo, que desempenha uma atividade (Michaelis, n. d).

No senso comum, são tidas como militantes ou ativistas pessoas ligadas a uma causa, as mais variadas. Do feminismo ao antirracismo; do anticapacitismo à diversidade sexual; do ambientalismo à defesa de povos tradicionais. Diante disso, parece, ao menos num primeiro olhar, que ativismo diz respeito a questões de identidade, grupos minoritários ou minorizados. Talvez, por pressionarem por mudanças estruturais e de ampla repercussão, seja mais fácil identificá-los e, em alguma medida, estigmatizá-los.

Pour citer cet article, to quote this article,  
para citar este artigo :

Paula Silveira-Barbosa, Paula Melani Rocha, Karina Janz Woitowicz, « Contribuições feministas ao jornalismo: o ativismo como prática transformadora », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 13, n°1 - 2024, 15 juin - june 15 - 15 de junho - 15 de junho.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n1.2024.507>



Mas como classificar as ações silenciosas de grupos, que mesmo não sendo a maioria em seus respectivos marcadores sociais, atuam pela transformação da ordem social ora vigente? Não seriam eles também ativistas? E qual é a atuação do jornalismo frente a essas diferentes categorias? Quando o jornalismo é militante ou considerado militante? Alguns destes questionamentos têm como pressuposto que o potencial de intervenção na realidade por parte de grupos minorizados se aproxima de um tipo de ativismo<sup>1</sup>, que busca incidir direta ou indiretamente sobre a prática do jornalismo.

Na epígrafe deste artigo, fizemos referência a uma declaração da jornalista Alice Coffin<sup>2</sup> (2021), para quem a objetividade jornalística nada mais é do que a subjetividade dos grupos dominantes. Nesse sentido, é importante destacar que a informação jornalística pode ser impactada por muitos fatores. Como exemplo podemos citar a linha editorial dos meios de comunicação, os recursos para produção da reportagem, o espaço reservado para sua difusão, a escolha das fontes, a hierarquização das informações, a experiência de quem a executa e assim por diante.

Gaye Tuchman (1980) demonstrou que o jornalismo é resultado de um processo singular de construção social – inclusive dentro das redações de grandes meios de comunicação, operadas por profissionais no sentido estrito do termo. A pesquisa da autora nos auxilia a desnaturalizar a noção de notícia como algo que obedece a parâmetros de objetividade, assim como de neutralidade e imparcialidade. Ou seja, quaisquer atores sociais que se empenharem neste ofício estarão sujeitos a imprimir subjetividades em sua prática – sejam elas pessoais, relacionadas ao meio de comunicação em que atuam ou àquilo que consideram como pautas ativistas.

Ao partir do pressuposto de que o jornalismo é uma forma de conhecimento social (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1998; Park, 1940) e que, mesmo no contexto dos grandes conglomerados de comunicação, pode contribuir para a transformação social e a promoção da cidadania de todas as pessoas, propomos uma reflexão sobre as contribuições que movimentos sociais progressistas, especialmente os feministas, oferecem ao jornalismo.

Nesse sentido, ressaltamos que nossa proposta considera pesquisas e experiências que demonstram o impacto positivo de práticas comunicativas de movimentos sociais para o campo da Comunicação. Como exemplo, podemos citar o clássico estudo de Círcia Peruzzo (1998), que identificou em rádios comunitárias latinoamericanas uma série de ações capazes de viabilizar a participação popular na comunicação, inclusive aquela chamada “tradicional”.

Outro exemplo que pode ser citado como base para nossas reflexões é o trabalho do grupo de ativismo homossexual Triângulo Rosa. Foi a partir de seu trabalho de compilação e crítica da imprensa no boletim institucional do grupo, que a categoria dos jornalistas incluiu em seu Código de Ética o item que veda a discriminação por orientação sexual, ainda em 1986 – conforme documentou a pesquisadora Cristina Câmara (2002).

E, como nos lembra Peruzzo (2022), em estudo mais recente:

Os estudos do campo da Comunicação têm tido como maior foco de interesse os grandes meios de comunicação de massa e, mais recentemente, se voltam para as inovações tecnológicas, principalmente para a internet e as alterações que ela ajuda a provocar na cultura, nas relações comerciais, nas interações homem-máquina, na disseminação de conteúdos e nos modos de se comunicar. *A importância dos estudos dessas temáticas não autoriza o desconhecimento de outras modalidades de comunicação* [ênfase adicionada], como aquelas desenvolvidas no contexto de organizações civis sem fins lucrativos, a exemplo dos movimentos sociais populares, comunidades e associações, constituintes de processos de consciência-organização-ação nas lutas para a conquista de direitos de cidadania e participação política na sociedade. (Peruzzo, 2022, pp. 7-8)

Sendo assim, o objetivo de nossa reflexão é discutir os limites impostos às práticas e estudos sobre o jornalismo pelos referenciais positivistas – uma herança que conduziu a formação de profissionais nos cursos de graduação e a prevalência do exercício da profissão ao longo do século XX – e apresentar uma sistematização de pesquisas acadêmicas que revelam práticas jornalísticas inclusivas.

O método adotado neste trabalho, de caráter ensaístico, é a revisão bibliográfica, tensionando uma análise crítica das referências e estudos selecionados de acordo com a sua pertinência para a discussão proposta, em que se destacam aportes que valorizam o caráter inclusivo do jornalismo ao longo do tempo, a relação objetividade/subjetividade no jornalismo e as práticas que subvertem o fazer hegemônico. Para isso, utilizamos aportes dos Estudos Feministas e de Jornalismo e dividimos este artigo em três partes. Primeiro, discutiremos o jornalismo como meio para alcançar a cidadania comunicativa (Mata, 2006) ou a dimensão comunicacional da cidadania (Peruzzo, 2013). Em seguida, abordaremos a problemática do ideal de objetividade, sob a ótica dos Estudos Feministas (Veiga da Silva, 2014, 2015; Veiga da Silva & Moraes, 2019). Por fim, apresentaremos experiências baseadas no jor-

nalismo com perspectiva de gênero<sup>3</sup>, que resultaram em contribuições ao ofício jornalístico ao repensarem os parâmetros hegemônicos que marcam a prática profissional.

---

### JORNALISMO, CIDADANIA E O LUGAR DOS GRUPOS MINORIZADOS

---

A partir de nossa realidade como parte de um país forjado pela colonização, propomos uma reflexão sobre comunicação, jornalismo e cidadania aliada a esse passado histórico. Isso se justifica, por exemplo, pela constatação da pesquisadora María Cristina Mata (2002), para quem o Estado-nação como fonte de reconhecimento e garantia de direitos cívicos é um referencial limitado. Afinal, reflexões assentadas nesse aspecto tendem a considerar elementos marcantes apenas e, sobretudo, para países do norte global, tais como as duas grandes guerras mundiais – como assinala Pedrinho Guareschi (2013).

Assim, é necessário lembrar que, no Brasil, a comunicação encontra-se em disputa desde o período colonial. De acordo com o professor Marques de Melo (2003), a produção de periódicos foi criminalizada até 1821. As resistências a essa proibição foram articuladas especialmente por pessoas negras e escravizadas, além de mulheres que buscavam emancipação social e política. É o que mostram os estudos de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) e Constância Lima Duarte (2016), respectivamente.

No fim do século XIX, quando começa a ganhar forma o que hoje chamamos de jornalismo (Marques de Melo, 2003), amplia-se também a produção científica sobre o campo, refletindo sobre a relação entre a imprensa e sociedade. Esses referenciais colaboram para entender as possibilidades colocadas a partir do jornalismo e, conseqüentemente, os motivos pelos quais seu exercício foi, muitas vezes, perseguido e criminalizado. Como afirma Eduardo Meditsch (1998), o conhecimento da realidade é “vital para os indivíduos e para as sociedades”, além disso, “[...] a questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e de seus efeitos pode ser demasiado estratégica” (p. 37).

As colocações de Meditsch tornam-se mais eloquentes se considerarmos o jornalismo nos termos de Adelmo Genro Filho (1987). Este define o jornalismo como ofício que tem a realidade como matéria-prima e que busca refleti-la, ainda que nunca em sua totalidade. Por esse atributo, mesmo condicionado por interesses políticos e empresariais nem sempre claros e justos, o jornalismo pode, na visão do autor, evidenciar processos de desigualdade, conflitos e assimetrias de poder, colaborando com setores sociais capazes de amenizá-los ou mesmo suprimi-los.

Como autor de uma teoria marxista para o jornalismo, Genro Filho (1987) reconhece a necessidade de re-fundar os meios de produção e circulação das notícias. Afinal, seria ingênuo avançar nesse debate sem considerar as condições sob as quais ele é organizado. Essa perspectiva é similar à de María Cristina Mata (2006), que após o fim da ditadura militar em seu país – a Argentina – passou a se dedicar à elaboração do conceito de cidadania comunicativa.

Lá, assim como aqui, herdou-se um arcabouço jurídico e econômico – este último acentuado pelo avanço do neoliberalismo na década de 1990 – que fez com que avanços na articulação comunicação-cidadania fossem lentos ou mesmo impedidos (Guareschi, 2013). E por estar atenta também às demandas relacionadas a variados segmentos sociais minorizados, a definição de cidadania comunicativa, formulada por Mata (2006), é pertinente para os fins deste artigo.

A noção de cidadania comunicativa refere-se necessariamente aos direitos civis – liberdade de expressão, direito à informação, possibilidade de exigir a publicidade dos assuntos públicos, etc. –, legalmente instituída por diversos instrumentos como a constituição dos Estados, leis, decretos, regulamentos. Neste sentido, e como ocorre em geral com direitos civis, cidadania comunicativa representa um limite à ação do Estado a fim de garantir a liberdade das pessoas e representa um status jurídico [tradução nossa]. (Mata, 2006, p. 13)<sup>4</sup>

E avança:

Desta forma, a cidadania comunicativa se relaciona com referências identitárias e reivindicações mais gerais de igualdade, não apenas em relação ao Estado, mas também em relação à ação do mercado e a todos os tipos de dispositivos que promovem a desigualdade [tradução nossa]. (Mata, 2006, p. 13)<sup>5</sup>

À luz do que descreve María Cristina Mata, podemos entender que o jornalismo – aquele que, mesmo limitado pela lógica de mercado, é capaz de informar sobre os problemas sociais pode ser tido como meio para o exercício da cidadania comunicativa. Essa articulação teórica não é nova. Felipe Collar Berni (2021), por exemplo, fez uma reflexão semelhante ao investigar a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência, a partir da recepção de conteúdos jornalísticos.

Berni (2021) chama atenção para a especificidade do direito à comunicação, que pressupõe uma participação efetiva, real, com vistas a alcançar outras dimensões de disputa pela dignidade humana. Ou seja, além de ser um direito que viabiliza ou colabora para o alcance dos demais, ele carrega em si a perspectiva da coletividade como condição para sua plena realização.

E, na elaboração de Mata (2006), ao discutir a cidadania comunicativa ideal, coincidiria com a democratização de todas as sociedades.

Em outra abordagem, Cicilia Peruzzo (2013), baseada na perspectiva das gerações de direitos, que considera marcos como a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial, aponta o direito humano à comunicação como “dimensão específica de direitos” ou até mesmo como a “*dimensão comunicacional* [ênfase da autora] da cidadania” (p. 161).

Mesmo a partir de pressupostos diferentes, convergimos para o mesmo horizonte da pesquisadora, já que tal como ela, entendemos a comunicação como direito ao mesmo tempo multifacetado – pelas possibilidades que enuncia – e singular – por ter características *sui generis*. Nas palavras da autora: “a participação ativa na comunicação em sua diversidade de práticas, no bojo da mobilização social mais ampla, contribui para a ampliação do status da cidadania” (Peruzzo, 2013, p. 176).

Se essa é a concepção de jornalismo e comunicação que adotamos, para avançar neste artigo, é preciso abordar a problemática do ideal de objetividade como um dos parâmetros da atividade jornalística, em uma perspectiva crítica. Essa é a tarefa a que nos dedicamos na seção seguinte, com base nos Estudos Feministas.

---

### REPENSANDO A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

---

A escolha dos Estudos Feministas para problematizar os pressupostos do jornalismo tem diferentes razões. Talvez a mais evidente esteja relacionada à própria concepção do feminismo, que tem na crítica às totalidades e estereótipos universais sua principal opção teórica – como já descrito por Maria Odila Leite da Silva Dias (1994). Em segundo lugar, o uso dos feminismos para a produção da crítica proposta reflete nosso alinhamento ao legado de práticas de resistência articuladas por mulheres – ou pessoas assim designadas – desde o período colonial em nosso território.

Antes mesmo da elaboração que levou ao surgimento do que hoje entendemos como feminismo, tivemos uma série de ações, que com as lentes do presente, podemos enxergar como feministas (Amoras et al., 2021). Isso porque esses atos consistiram na rejeição de um modo compulsório de vida, na resistência à exploração do trabalho não-pago e na recusa do cumprimento das expectativas que se tinha sobre as mulheres – inclusive porque, para muitos povos que habitavam a América Latina, ou mesmo para os que vieram traficados da África, as categorias de

sexo/gênero sequer existiam (Lugones, 2020; Oye-wumí, 2020). Assim, numa perspectiva de coerência histórica em relação ao nosso passado, é que nos colocamos a refletir sobre o jornalismo.

A construção do ideal de objetividade alinhado à defesa da neutralidade na prática jornalística resulta das influências epistemológicas do positivismo<sup>6</sup> e, posteriormente, neopositivismo ao almejar uma aproximação com o método científico e a racionalidade cartesiana (Veiga da Silva & Moraes, 2019). Esse movimento coincide com o processo de consolidação do capitalismo no século XIX, quando o jornalismo passou a operar nas lógicas de produção do capital, em defesa da ordem dominante e interesses da burguesia ascendente, transformando gradativamente diferenças em desigualdades na construção do conhecimento social (Veiga da Silva & Moraes, 2019). Por isso, entendemos que tal construção versa sobre o ideário dominante sob o manto da objetividade da ciência.

O método cartesiano, por sua vez, pressupõe guiar a razão numa busca crítica pela certeza, ordem e clareza (Jaggar & Bordo, 1997), com o intuito de que o domínio da razão garanta o controle das subjetividades. Tal método e seus pressupostos são questionáveis para as referidas autoras e para a crítica feminista, numa perspectiva mais ampla, pois fortalece uma ordem excludente.

As feministas argumentaram que, subjacentes à epistemologia incorporada no ideal da falta de ponto de vista, estão os dualismos mente *versus* corpo, razão *versus* emoção, cultura *versus* natureza, fato *versus* valor, saber *versus* ser, objetividade *versus* subjetividade; esses dualismos cartesianos têm sido considerados historicamente como ligados ao gênero e, por causa da estratificação que instituem, têm servido para estigmatizar a atuação epistêmica das mulheres e legitimar projetos de dominação de gênero. (Arnault, 1997, p. 212)

Para Veiga da Silva e Moraes (2019), o ideal de objetividade introduziu-se no mundo do jornalismo em três frentes substanciais e complementares: como referência na prática profissional adotada por jornalistas; na concepção da episteme do jornalismo; e no conhecimento social produzido no jornalismo (Genro Filho, 1987). Estabeleceu-se, assim, a colonização dos saberes profissionais do jornalismo, que compreendem um saber de ação composto pelo “saber [conhecer]”, “saber-fazer”, “saber-que-fazer” e um “saber-ser” (Fidalgo, 2008, pp. 8-9), a partir de um ideal de objetividade e neutralidade supressor. Ainda de acordo com Fidalgo (2008), são os “saberes que alicerçam e justificam uma afirmação legítima de profissionalismo” (p. 6) e lhe atribuem um *status* de protagonismo social.

Erigido o saber num dos traços distintivos do profissionalismo, compreende-se que todas as profissões, ou ocupações aspirando a tal estatuto, se tenham empenhado em definir e proclamar as suas bases epistemológicas, um fundamento científico, racional, formal, que lhes fornecesse tanto legitimidade como crédito de confiança e valor de mercado para a sua autonomização e implantação na sociedade. (Fidalgo, 2008, p. 2)

Nesse sentido, o profissionalismo no jornalismo, por meio da colonização do saber da ação, resignificou a prática profissional a partir das relações de poder do capital, do patriarcado, do racismo e da cisheteronormatividade<sup>7</sup>.

Historicamente, o jornalismo antecede o modo de produção capitalista, mas se desenvolveu amparado por suas entranhas no modelo industrial ao longo do século XX, sustentando um profissionalismo ancorado no paradigma informativo sob as égides positivistas, idealizado pela objetividade, neutralidade e imparcialidade em defesa de uma verdade objetiva do fato. No Brasil, isso se manifesta após a Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo estadunidense avança e o jornalismo passa a seguir o modelo dos Estados Unidos.

As noções de verdade e credibilidade negam a subjetividade nos processos cognitivos, acomodam-se “em uma estrutura mental positivista, binária”, que apresenta uma apreensão simplificada do acontecimento, aparentemente instrumentalizada por métodos e técnicas do cientificismo moderno, mas que carregam componentes socioculturais e históricos (Veiga da Silva & Moraes, 2019, p. 2).

A aversão à subjetividade não a anula, assim como não há consagração de uma objetividade ideal inalcançável pela racionalidade, tais preceitos apenas camuflam a manutenção da ordem vigente instrumentalizada pelo exercício do jornalismo. A busca da objetividade processada na prática jornalística reitera a apreensão do acontecimento pelas lentes de leitura “do sujeito universal (homem branco, heterossexual e ocidental)” e “a manutenção dos sistemas classificatórios (Hall, 1995) que transformam diferenças em desigualdades” (Veiga da Silva & Moraes, 2019, p. 2).

Assim, o jornalismo industrial, vestido de profissionalismo, instrumentalizou a amplificação do discurso dominante e a prevalência da ordem imposta por quem detém o poder político, econômico e social que pelas perspectivas de gênero, classe, sexualidade e raça, são os homens, brancos, heterossexuais, cisgê-

neros, do norte global (descendentes) e pertencentes a classes abastadas. Tudo que se distingue dessa classificação foge da zona de controle do *status quo*, soando como desviante e se materializa em valores-notícias e critérios de noticiabilidade. Para as autoras, os valores-notícia manifestam valores sociais hegemônicos inerentes, mesmo que inconscientemente, à cultura profissional dos jornalistas (Veiga da Silva & Moraes, 2019).

Observando a racionalidade dominante nos modos de objetivação jornalística, que em nosso entendimento é também crivada de valores e ideologias sociais dominantes, percebe-se que os valores-notícia também se constituem a partir dos pressupostos de uma epistemologia que igualmente é racista, sexista e classista, além de positivista. (Veiga da Silva & Moraes, 2019, p. 17)

O ideário “da verdade objetiva” ancora-se nos pressupostos de René Descartes para quem a realidade tem uma estrutura objetiva que independe da compreensão humana, mas é acessível ao entendimento humano; e que a “principal faculdade humana para adquirir conhecimento sobre a realidade é a razão” (Matos, 2008, p. 347). Essa é universal, transcende cultura, classe, gênero e raça, e pondera que “as diferenças são consideradas como impedimentos que podem ser ultrapassados por uma visão neutra e «objetiva» das coisas” (Jaggar & Bordo, 1997, p. 9). Com isso, os pressupostos cartesianos desconsideram as particularidades das diferenças e defendem a perspectiva da verdade universal que camufla no manto da razão a concepção de “Homem”. As diferenças se assentam nas subjetividades, no “outro”.

Contudo, no século XX novas abordagens contestaram o objetivismo e o método cartesiano. A epistemologia feminista é uma dessas frentes que considera o sistema cartesiano inadequado e propõe um leque interdisciplinar de produção do conhecimento científico para compreender a realidade, a partir de construções históricas e sociais. Nesse sentido, as feministas contemporâneas buscam alternativas às abordagens tradicionais em diferentes perspectivas: sociologia do conhecimento, teoria literária, descolonial e historicismo marxista. Um exemplo é Ruth Berman (1997), que discute a opressão da ciência ocidental sobre as mulheres para manter o *status quo* de exploração feminina e outros grupos minorizados.

Phyllis Teitelbaum (1997), por sua vez, denuncia o modelo androcêntrico de conhecimento que impede mulheres de atuar em definições sociais de conhecimento. Para Jaggar (1997), “a investigação teórica é sempre intencional e a observação é sempre seletiva” (p. 175), assim, estudos conduzidos por grupos opri-

midos, a exemplo das mulheres, podem subverter concepções hegemônicas – desde que esses sujeitos tenham consciência das causas de sua opressão e da necessidade de enfrentá-la.

Pesquisadoras de estudos em Jornalismo têm discutido o impacto das perspectivas cartesianas, positivistas e neopositivistas sobre a construção do ideal de objetividade. É o caso de Fabiana Moraes (2020, 2022), Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (2018), Liriam Sponholz (2003, 2008), Marcia Veiga da Silva (2014), Mariana Fraga da Fonseca (2019) e Paula Silveira-Barbosa (2019). Marcia Veiga da Silva, inclusive, analisou os modos de produção da notícia numa emissora de televisão de Porto Alegre (Brasil) e constatou que a cultura profissional na redação é heteronormativa e masculina, pois reproduz estereótipos e re-significados de gênero e sexualidade na prática profissional e nas coberturas jornalísticas. Essa constatação levou a autora à seguinte reflexão:

O caráter subjetivo das escolhas resulta em representações parciais da realidade, e fazer a crítica sobre a presença da subjetividade expressa nos valores-notícia impregnados de concepções de gênero, de classe e raça, por exemplo, não significa defender a neutralidade no jornalismo. Ao contrário, revela efetivamente a notícia como construção social de uma realidade que é parcial, e a importância do jornalista nesse processo complexo que resulta nas formas como esta realidade é construída e representada, assim como sua incidência na cultura. (Veiga da Silva, 2010, p. 200)

A tese de Veiga da Silva (2015), que pode ser entendida como aprofundamento da reflexão acerca da subjetividade no jornalismo, apresenta uma investigação sobre graduações em jornalismo de instituições públicas federais, no contexto brasileiro, e o atravessamento de valores sociais hegemônicos e sistemas classificatórios de diferença nos saberes profissionais presentes no processo de ensino e aprendizagem.

No estudo, a autora aponta que as instâncias de formação da cultura profissional (cursos de graduação e ambiente profissional) são constituídos por valores sociais hegemônicos que os profissionais carregam, mesmo que de forma inconsciente, na prática jornalística. Também é importante considerar que a reconfiguração do mercado profissional, com maior participação das mulheres no jornalismo nas últimas décadas, assim como a inserção gradual delas em cargos de liderança, não implica necessariamente uma mudança na cultura profissional, uma vez que se reproduzem práticas de dominação e lógicas hegemônicas. Nesse sentido, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (2018) discutem a necessidade de desconstruir os parâmetros

do jornalismo, incidindo nos espaços de graduação e fomentando a implementação de uma cobertura jornalística inclusiva.

Eliot Freidson (1996), por sua vez, põe ênfase na definição de profissão como construção social e desenvolve a teoria do profissionalismo a partir de discussões sobre a relação entre trabalho e especialização e sua interação com recursos políticos, econômicos e culturais «capazes de promover ou restringir seu poder» (Freidson, 1996, p. 142). Para o autor, a cultura profissional é formada nos cursos de graduação, especialização, nos espaços representativos da categoria e no mercado de trabalho, padronizando os membros de uma profissão a compartilharem uma experiência comum de socialização e identidade profissional (Freidson, 1998).

E, como já discutimos, Veiga da Silva (2014, 2015) aponta que em dois espaços importantes que abrigam o desenvolvimento da cultura profissional dos jornalistas – mercado de trabalho e cursos de graduação – prevalecem lógicas dominantes e classificatórias das diferenças sociais, culturais, de gênero, raça e sexualidade, além da manutenção dos valores hegemônicos, como guia para práticas profissionais.

No entanto, apesar das análises críticas produzidas por autores do próprio campo sobre objetividade, neutralidade e imparcialidade, tais valores ainda são referência no exercício do jornalismo (Sponholz, 2008) e no legado do profissionalismo. Vemos essa permanência como herança do sistema cartesiano e das epistemologias positivistas e neopositivistas, que moldaram tanto o conhecimento científico do jornalismo, como seu exercício, passando pelo ensino formal (Veiga da Silva & Moraes, 2019).

Mas essa ciranda tem rupturas? Esta indagação nos conduz a outra provocação: até que ponto os sistemas classificatórios das diferenças (Hall, 1995) atropelaram e sujeitaram práticas jornalísticas à invisibilidade e a posições subalternas ao ideal de jornalismo? Em que medida a narrativa hegemônica da própria configuração do jornalismo brasileiro incorporou o modelo informativo, da lógica industrial, como “bom jornalismo”, ou simplesmente em sinônimo de profissionalismo, desconsiderando as próprias rupturas existentes e colocando-as em posição de desigualdade?

Ao considerarmos o jornalismo brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, quando há uma colonização dos saberes pela perspectiva estadunidense, a lógica industrial e os modelos de gestão passam a favorecer a ascensão social dos “donos da mídia” e, posteriormente, a concentração dos conglomerados de comunicação – *Grupo Globo*, *Grupo Folha*, *Grupo Abril*, *Grupo Silvio Santos*, *Grupo Record*, *Grupo Bandeirantes de Comunicação*, *Grupo RBS*, *Grupo Estado*, *Grupo Jovem Pan* e *Grupo Diários Associados*.

No entanto, durante esse período coexistiram meios de comunicação no contrafluxo da ordem dominante, tanto em relação à seleção da pauta e construção do texto, quanto às formas de veiculação. Silveira-Barbosa (2019), por exemplo, discute a história da imprensa lésbica brasileira entre 1981 a 1995, revela suas contribuições ao jornalismo e aponta os limites dos cânones racionais e modernos para o jornalismo.

Outro exemplo é o estudo de Fonseca (2019), que analisou a cobertura jornalística sobre políticas públicas para mulheres dos jornais alternativos *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio* ainda no contexto da ditadura militar. As duas pesquisadoras apresentaram possibilidades de práticas jornalísticas desenvolvidas por mulheres, avessas à modelagem da objetividade e do sistema heteronormativo e masculino. Com essa perspectiva, esses periódicos pautaram temas socialmente relevantes como direitos reprodutivos, saúde integral das mulheres, direito a creches, combate à discriminação, qualificação profissional, entre outros.

Apesar da existência de tais publicações, sua experiência ainda não é tão explorada na formação de jornalistas e entre os próprios pesquisadores do campo, que tendem a ver estudos sobre o tema como algo menor. Nesse sentido, convém retomar Carla Akotirene (2020), para quem a história tem, majoritariamente, um olhar “androcêntrico” e “brancocêntrico” (p. 37), promovendo a invisibilidade das mulheres nas narrativas oficiais, o favorecimento dos homens brancos em posições de poder, como protagonistas; e, conseqüentemente, a sujeição das mulheres e – acrescentamos – outros grupos minorizados.

A legitimidade do discurso dominante como oficial reverbera na narrativa da história do jornalismo brasileiro impressa em obras referendadas no campo, nas quais percebe-se a desconsideração das iniciativas não hegemônicas e, sobretudo, daquelas produzidas por quem não encarna a figura do “homem universal”. A saber, mulheres, indígenas, pessoas negras, amarelas, LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexo, Assexuais e afins), trabalhadores entre outros.

Em estudos de referência para o campo do Jornalismo, geralmente, esses grupos são colocados em capítulos específicos e não como partícipes da conformação do jornalismo nacional (Woitowicz & Rocha, 2018). Essas interpretações freiam o acesso ao conhecimento da atuação social desses veículos, sua relação com o contexto histórico e do jornalismo bem como seu potencial transformador. Ao serem apartados como “outra imprensa” ou colocados como meros instrumentos de ativistas por obras de referência, tais periódicos e grupos sociais têm suas contribuições ao jornalismo invisibilizadas, ainda que se possa registrar um movimento crescente de reconhecimento de práticas e saberes de grupos subalternizados, sustentado em uma perspectiva decolonial (Lugones, 2020).

Além disso, perde-se de perspectiva a ação deliberada de elites políticas e econômicas pela manutenção de seus interesses a partir dos meios de comunicação. Tudo isso articulado pelo sujeito oculto do jornalismo que se pretende profissional, objetivo e imparcial, mas, na verdade, comporta-se de maneira ativa em defesa da subjetividade de segmentos sociais privilegiados e pela permanência da ordem hegemônica. Ordem esta que converte diferenças em hierarquias sociais, parafraseando Audre Lorde (2019).

Então, retomando a provocação que fizemos acima, sim, a ciranda tem rupturas contínuas, que desenhavam e redesenhavam a trajetória da imprensa nacional. E, sem a roupagem das lentes da “objetividade”, assumem uma perspectiva capaz de transcender as medidas do que se instituiu como jornalismo no modelo industrial e tido como profissional.

Mas além das histórias de periódicos que existiram no passado, como iniciativas consideradas ativistas no presente podem contribuir com o jornalismo? Esta é a pergunta a que procuraremos responder a seguir.

---

#### CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS AO JORNALISMO

---

A trajetória do feminismo, ao apropriar-se de diferentes espaços e canais de comunicação, possibilitou o questionamento de valores e práticas sustentados no modelo industrial do jornalismo. Se, conforme Fabiana Moraes (2020), “a objetividade jornalística, instrumentalizada a favor de um projeto, desinforma, violenta e aniquila” (p. 78), é na busca por outros parâmetros de produção, em perspectiva crítica e ativista, que reside a construção de projetos alternativos.

O desafio de problematizar contradições e exclusões do campo jornalístico a partir do ponto de vista dos feminismos se desdobra entre formulações teóricas e práticas de militância. A crítica à participação desigual das mulheres no mercado profissional (Montiel, 2014) e as iniciativas de monitoramento de mídia representam ações sistemáticas que evidenciam desigualdades de acesso, participação e representação das mulheres nos meios hegemônicos.

Em que pesem as diversas iniciativas que marcaram a construção de um jornalismo ativista ao longo das lutas históricas das mulheres, pode-se dizer que é a partir dos anos 1990 que o direito à comunicação se insere na pauta dos movimentos organizados, por meio de conferências e documentos. É o momento também em que surgem redes de comunicadoras e jornalistas feministas com visão de gênero, sobretudo no contexto latino-americano (Chaher, 2007; Chaher & Santo-

ro, 2007; Hasan & Gil, 2014). Esse processo associa-se à apropriação das tecnologias e à intensificação do sentido de redes – reais e virtuais – que articulam as lutas das mulheres. Trata-se da descoberta de modelos mais participativos e de amplo alcance que se revelam no ambiente digital e acolhem iniciativas gradualmente inclusivas (Nathanson, 2013).

De acordo com Hasan e Gil (2014), há registros de redes de jornalistas e comunicadoras no Equador, México, Guatemala, Nicarágua, Peru, Colômbia, Argentina, além de outros países entre os anos 1990 e 2000. Em 2020, é criada no Brasil a Rede de Jornalistas e Comunicadoras com visão de Gênero e Raça, que busca estabelecer conexões entre o jornalismo, o feminismo e o meio acadêmico. Ao propor ações dentro e fora das redações, as jornalistas ativistas, organizadas em redes, constituem um modo de intervenção social que compreende a construção de diagnósticos, o trabalho de formação e a atividade jornalística orientada pelo viés de gênero.

Um marco da articulação das mulheres situa-se na criação, em 2005, da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), que apresenta como bandeiras a luta política pela igualdade de gênero no campo profissional e o reconhecimento de práticas voltadas à associação entre jornalismo e militância feminista. Em seu estudo sobre a RIPVG, Jessica Gustafson (2023) observa, a partir de análise documental e de entrevistas com jornalistas, o compartilhamento de experiências das jornalistas em distintos contextos na construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, que atua na subversão de lógicas sustentadas na matriz colonial e oferece apoio às múltiplas violências enfrentadas por mulheres.

O jornalismo com perspectiva de gênero, concebido como prática que contribui para superar desigualdades, pode ser entendido como contraponto às lógicas dominantes que permeiam a profissão ao trabalhar pautas com transversalidade de gênero, equilibrar as fontes presentes nas coberturas, ampliar a representação dos sujeitos em suas diferenças e produzir narrativas posicionadas sobre a realidade. Segundo o manual “*Por un periodismo no sexista*” (Garfias et al., 2010):

adotar uma perspectiva de gênero nas notícias consiste em rever como mulheres e homens são afetados de forma diferenciada por um mesmo fato. Isso impacta, por exemplo, na escolha do enfoque jornalístico, linguagem, imagens, fontes e tipos de pergunta usadas para narrar essa realidade [tradução nossa]<sup>8</sup>. (Garfias et al., 2010, p. 6)

Com base em guias, manuais e documentos de redes de jornalistas, considera-se as contribuições da prática do jornalismo com perspectiva de gênero para tensionar

os valores-notícia, o uso das fontes, o tratamento – em geral desigual e desequilibrado – de homens e mulheres nas notícias, a narrativa pretensamente isenta de valores subjetivos e a preocupação com aspectos da linguagem baseada no masculino universal.

Para ilustrar como se processa o jornalismo com perspectiva de gênero no cotidiano profissional, recorremos a pesquisas sobre o jornalismo de portais feministas, ou portais independentes. Tais iniciativas apresentam em comum abordagens que se diferenciam das lógicas hegemônicas desde a seleção das pautas até a escolha e o tratamento das fontes, incluindo a perspectiva interseccional.

No estudo de Gustafson (2019) sobre o portal *Catarinas*, a reflexão sobre o paradigma da objetividade se revela em aspectos como as escolhas que sustentam a cobertura jornalística, a relação das profissionais com o movimento social, a autonomia de um veículo independente, o princípio de produção colaborativa, entre outros. Na análise da autora, a relação com as fontes assume lugar de destaque ao subverter o princípio de distanciamento:

Além da atuação ativista no movimento feminista por parte das jornalistas, que figura como base para a construção jornalística delas, as fontes desse mesmo movimento são as vozes privilegiadas, fornecendo não apenas informações, mas também atuando como conselheiras, auxiliando sobre como abordar certos assuntos. (Gustafson, 2019, p. 201)

Ao analisar o portal *Ponte* na cobertura da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 em diversos municípios brasileiros, Muriel Amaral et al. (2021) também observam, entre outras características de um jornalismo com abordagem feminista e decolonial, a forma de selecionar e tratar as fontes de informação de modo a subverter as relações de poder. Identifica-se a visibilidade para vozes femininas (no papel de fontes oficiais, especialistas, institucionais e individuais) e, além disso, as reportagens “confrontam os dados do governo com entidades e movimentos sociais e trabalham o enquadramento da abordagem jornalística evidenciando as desigualdades de gênero, raça, classe e étnica estruturadas socialmente [...]” (Amaral et al., 2021, pp. 159-160)<sup>9</sup>.

De modo semelhante aos estudos mencionados, na investigação Woitowicz (2019) sobre os portais feministas *Wambra* e *La Periódica* no Equador, ainda que em contexto geográfico distinto, revela aspectos da prática do jornalismo com perspectiva de gênero que subvertem certas lógicas consolidadas no campo profissional. Para a autora, trata-se de “uma produção militante, que se posiciona em relação aos temas que

aborda e se preocupa com o uso de uma linguagem não sexista, sem deixar de ser jornalística [tradução nossa]<sup>109</sup> (Woitowicz, 2019, pp. 156-157).

A abordagem sintonizada com movimentos sociais, evidenciando um jornalismo assumidamente posicionado na defesa de bandeiras – em outros termos, militante –, o predomínio de vozes femininas, que perpassam diferentes posições em meio à tipologia de fontes jornalísticas, e o uso de uma narrativa inclusiva que se manifesta na escolha de termos e sujeitos, apresentam-se como proposições na construção de práticas jornalísticas com viés ativista nos veículos equatorianos analisados.

A preocupação com a linguagem, inclusive, revela sintonia com antigas recomendações da Unesco (1999), que ao reconhecer a relação da linguagem com o pensamento entende que ela “pode mudar graças à ação educativa e cultural, e impactar positivamente no comportamento humano e em nossa percepção da realidade [tradução nossa]”<sup>110</sup> (Unesco, 1999, p. 2). Tais recomendações foram apresentadas pela primeira vez em 1987, quando da primeira edição do guia para uma linguagem neutra em relação ao gênero. Sua inclusão é resultado da pressão social exercida por feministas, de diferentes partes do mundo, numa ampla aliança.

Pelo exposto, uma questão que se destaca no jornalismo com perspectiva de gênero praticado por portais feministas – e, portanto, ativistas – diz respeito à negativa do tratamento objetivo nos moldes do jornalismo industrial, que compreende desde a origem da pauta e as escolhas acerca do tratamento das informações até a estruturação final das reportagens. Há, portanto, um modo próprio de operar com os princípios jornalísticos orientados pelo viés de gênero.

É o que demonstra a pesquisa de Gustafson (2019), que tem a objetividade jornalística como temática central sobre o portal *Catarinas*: “A objetividade que permeia a prática jornalística do portal não despreza a subjetividade, mas a valoriza ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho delas” (Gustafson, 2019, p. 246). Nas falas das jornalistas, são explicitados os posicionamentos que defendem como ativistas e o modo como o engajamento com as lutas integra suas escolhas no exercício profissional.

O posicionamento frente à realidade no processo de produção jornalística remete à incorporação do que Fabiana Moraes (2020, 2022) defende como jornalismo de subjetividade, ao tomar como pressuposto que “a prática de um ativismo em nenhum momento distrai a capacidade informativa e plural do jornalismo” (Moraes, 2020, p. 72). Os princípios de racionalidade e de neutralidade, que historicamente estão perpassados por assimetrias de gênero, raça e outros marcadores, são contestados diante de práticas jornalísticas

mais inclusivas e posicionadas. A análise de Moraes, ao demarcar a relevância da subjetividade na prática profissional, é explícita quanto ao reconhecimento do jornalismo ativista:

Uma prática ativista não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo o que o jornalismo tem de mais poderoso: iluminar o que está sob as sombras. (Moraes, 2020, p. 72)

O jornalismo feminista trabalha com a perspectiva de gênero e interseccionalidades de raça, etnia, classe, território, por exemplo, em todo o processo de produção jornalística. Elas se apresentam na pauta, na escolha das fontes, na construção e estruturação do texto e no enquadramento da matéria. Paula Cabrera Claro (2022) investigou a cobertura jornalística sobre a pandemia de Covid-19 pelo *Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real* e constatou, por meio de uma pesquisa qualitativa, que as duas iniciativas apreenderam os marcadores interseccionais (gênero, raça, classe, etnia e território) nas reportagens, revelados na formulação das pautas e na escolha das fontes com polissemia e polifonia de vozes. De certa forma, ambos os sites conseguiram desenvolver práticas decoloniais e interseccionais na cobertura jornalística e reportaram como a pandemia reiterou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, afetando sobremaneira a população minorizada e periférica, acirrando ainda mais as assimetrias de classe, raça, território e etnia no Brasil.

O jornalismo, pensado como prática transformadora e um dos pilares da democracia, vincula-se ao comprometimento com projetos políticos coletivos que passam pela compreensão acerca do caráter transversal da perspectiva de gênero e do compromisso com o enfrentamento das múltiplas desigualdades presentes na sociedade. Essa tarefa tem sido incorporada por diversas iniciativas alternativas e independentes que estão ocupando o ambiente digital com discursos e práticas dissidentes, com potencial transformador.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao entender que a emoção integra as ontologias dualistas pressupostas na epistemologia cartesiana, em oposição à razão e ao intelecto, os Estudos Feministas contestam a construção ocidental do conhecimento de inferiorização da emoção e a colocam como partícipe da construção social do conhecimento, tanto científico quanto da vida cotidiana. Assim, ao desvencilhar a concepção que a emoção é irracional, natural, particular e privada, estereótipos atribuídos ao feminino pela

perspectiva dualista, percebe-se um sentido relevante da emoção. As emoções são intenções e engajamentos ativos com potencial transformador (Jaggar, 1997). O ativismo no jornalismo ou o jornalismo que se coloca como ativista rejeita apreender as diferenças como desigualdades, combate a hierarquização social das diferenças e o ideário dominante da objetividade.

O percurso traçado ao longo do artigo, ao estabelecer articulações e reflexões ancoradas em Estudos de Jornalismo e Gênero, parte das bases que sustentam a relação entre o jornalismo e a dimensão democrática e cidadã, explorando as contradições de um modelo que promove exclusões e apresenta barreiras para uma prática comprometida com os interesses da coletividade. Esse modelo, forjado pelos valores do jornalismo industrial, estabelece uma hegemonia que se traduz no pretenso apagamento dos sujeitos e do caráter conflitual da realidade e no distanciamento com os fatos e interesses em jogo, sob a égide da objetividade.

A crítica feminista, ao propor uma revisão da racionalidade dualista, abre caminho para a compreensão de outros modos de construção do conhecimento. A prática jornalística, portanto, é repensada diante de um movimento de tensionamento das estruturas de poder, mobi-

lizado por ações de cooperação entre a sociedade civil organizada e jornalistas. Significa dizer que as relações entre ativismo e jornalismo, assim articuladas, produzem fissuras nas lógicas dominantes do campo profissional, que refletem hierarquias estruturais da sociedade.

O que as experiências de jornalistas organizadas em rede e os veículos com perspectiva de gênero preconizam, portanto, é a busca por uma prática jornalística orientada por outros parâmetros: que encontre a subjetividade como caminho para a alteridade, que contemple a inclusão efetiva de sujeitos minorizados, que seja capaz de recriar a linguagem hegemônica para acolher as diferenças sem hierarquizá-las. Em outros termos, que possibilite ir além do estigma do jornalismo ativista como atividade militante e não profissional para promover o reencontro do jornalismo com os princípios de democracia e cidadania, que exigem o enfrentamento radical de todo tipo de opressão e desigualdade.

---

*Submetido: 25/05/2023*

*Aceito em: 01/04/2024*

## NOTES

<sup>1</sup> Malini e Antoun (2013), ao analisarem diversas manifestações sociais ocorridas no Brasil e no mundo, identificam características próprias da militância desenvolvida na internet, com potencial de intervenção nos conflitos envolvendo o Estado e as instituições. No presente texto, embora se reconheça que a noção de ativismo costume estar associada ao ambiente das redes, considera-se ativismo e militância como práticas que acompanham a trajetória dos movimentos sociais, entre eles os feminismos.

<sup>2</sup> No original: “Le label d’objectivité est, aujourd’hui, réservé à la subjectivité des dominants” (Coffin, 2021, s. p). Alice Coffin é jornalista e parlamentar francesa. Tem sua trajetória atrelada aos movimentos ambientalistas, feministas e lesbianos, tendo fundado a AJL – Associação de Jornalistas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexo.

<sup>3</sup> Para fins de delimitação conceitual, considera-se que o jornalismo com perspectiva de gênero pode ser entendido como uma prática em que o tratamento dos temas, a escolha de fontes, a preocupação com a linguagem, entre outros aspectos da prática profissional, parte das lentes de gênero (Mano, 2017; Woitowicz, 2019). Ele pode ser desenvolvido em veículos de referência ou em meios alternativos e independentes, de modo que não se considera, neste artigo, como sinônimo de jornalismo feminista. Entretanto, observa-se que há maior espaço para o desenvolvimento da prática do jornalismo com perspectiva de gênero em espaços e canais que possuem orientação assumidamente feminista, o que nos leva a estabelecer importantes aproximações ao longo do texto.

<sup>4</sup> No original: “La noción de ciudadanía comunicativa remite necesariamente a derechos civiles – la libertad de expresión, el derecho a la información, la posibilidad de exigir la publicidad de los asuntos públicos, etc. –, jurídicamente consagrados por diversos instrumentos tales como la constitución de los Estados, leyes, decretos, disposiciones reglamentarias. En este sentido, y como ocurre en general con los derechos civiles, la ciudadanía comunicativa representa un límite a la acción del Estado con el fin

de garantizar la libertad de las personas<sup>12</sup> y representa un estatus jurídico” (Mata, 2006, p. 13).

<sup>5</sup> No original: “De este modo, la ciudadanía co-municativa se entrelaza con las referencias identitarias y los reclamos más generales de igualdad ya no sólo en relación al Estado sino en relación con la acción del mercado y todo tipo de dispositivos que promueven la desigualdad” (Mata, 2006, p. 13).

<sup>6</sup> Conforme Jaggar (1997), “Como os valores e as emoções tinham sido definidos como variáveis e idiossincráticos, o positivismo estipulou que um conhecimento fidedigno só podia ser estabelecido por métodos que neutralizassem os valores e as emoções dos cientistas individuais” (pp. 158-159).

<sup>7</sup> Sobre o conceito de cisheteronormatividade ver Eli Bruno do Prado Rocha Rosa (2020).

<sup>8</sup> No original: “adoptar una perspectiva de género en las noticias consiste en revisar cómo mujeres y hombres son afectados en forma diferenciada por un mismo hecho. Esto implica, por ejemplo, decisiones de enfoque periodístico, lenguaje, imágenes, fuentes y tipos de pregunta que se utilizan para narrar esa realidad” (Garfias et al., 2010, p. 6).

<sup>9</sup> Nesse sentido, convém destacar que desde o início da pandemia, o governo brasileiro exerceu uma gestão desastrosa de saúde – o que resultou na morte evitável de 400 mil pessoas (Dominguez, 2021, p. 12).

<sup>10</sup> No original: “una producción militante, que se posiciona en relación a los temas que aborda y se preocupa con el uso de un lenguaje no sexista, sin por ello dejar de ser periodismo” (Woitowicz, 2019, pp. 156-157).

<sup>11</sup> No original: “puede cambiar gracias a la acción educativa y cultural, e influir positivamente en el comportamiento humano y en nuestra percepción de la realidad” (Unesco, 1999, p. 2).

## REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2020). Ó pa í, prezada: *racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. Pólen.
- Amaral, M. E. P., Rocha, P. M., & Claro, P. C. (2021). “Um vírus e duas guerras”: por uma cobertura jornalística feminista e decolonial. *Discurso & Sociedad*, 15(1), 143-165.
- Amoras, M., Costa, S. M. G., & Araújo, L. M. (2021). O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23(e202128), 1-22. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128>
- Arnault, L. S. (1997). O futuro radical de uma teoria moral clássica. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento* (pp. 204-223). Record/Rosa dos Tempos.
- Berni, F. C. (2021). *A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório Institucional UEPG. Recuperado de <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3366>
- Berman, R. (1997). Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento* (pp. 241-275). Record/ Rosa dos Tempos.
- Câmara, C. (2002). *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Academia Avançada.
- Chaher, S. (2007). Medios masivos/medios alternativos y redes de periodistas. In S. Chaher, & S. Santoro (Orgs.), *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género* (pp. 111-124). Artemisa Comunicación Ediciones.
- Chaher, S., & Santoro, S. (Orgs.) (2007). *Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Artemisa Comunicación Ediciones.
- Claro, P. C. (2022). *Nós, mulheres da periferia e Amazônia Real: a cobertura jornalística da pandemia de Covid-19 pela perspectiva decolonial e interseccional*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Programa de Pós-graduação em Jornalismo UEPG. Recuperado de <https://www2.uepg.br/ppgjor/dissertacoes/>
- Coffin, A. (2021, 20 février). In L.-A. Cholez, & A.-R. Kokabi. *Alice Coffin: « Je ne comprends pas pourquoi la gauche est si timorée »*. Reporterre. Recuperado de <https://reporterre.net/Alice-Coffin-Je-ne-comprends-pas-pourquoi-la-gauche-est-si-timoree>.
- Dias, M. O. S. L. (1994). Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, 2(2), 373-382. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219>
- Dominguez, B. (2021, 1 de julho). *Meio milhão de vidas perdidas*. Revista Radis. Recuperado de <https://radis.ensp.fiocruz.br/todas-edicoes/radis-226/>
- Duarte, C. L. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX*. Autêntica.
- Fidalgo, J. (2008, 2-6 de setembro). *Jornalismo e saberes profissionais*. [Apresentação de trabalho]. I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, Brasil. Recuperado de [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29975/1/JF\\_jornalistas\\_saberes\\_profissionais.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29975/1/JF_jornalistas_saberes_profissionais.pdf).
- Fonseca, M. F. da (2019). *Páginas em luta: políticas públicas para mulheres como pauta em produções do jornalismo alternativo feminista brasileiro de 1970 e 1980*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa] Repositório Institucional da UEPG. Recuperado de <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3347>
- Freidson, E. (1996). Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11(31), 141-154.
- Freidson, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo*. Edusp.
- Garfias, G. A., Lira, C. L., Merino, M. T. M., & Harboe, V. U. (2010). *Por un periodismo no sexista: Pautas para comunicar desde una perspectiva de género en Chile*. OREALC/UNESCO Santiago / Cátedra UNESCO-UDP “Medios de comunicación y participación ciudadana” / Programa de Libertad de Expresión de la Universidad de Chile / Colegio de Periodistas de Chile.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. Recuperado de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75390>
- Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia*. Vozes.
- Gustafson, J. (2019). *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de género no jornalismo*. Insular.
- Gustafson, J. (2023). *Jornalistas em aliança: tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de género transnacional*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247752>
- Hall, S (1995). Raça, o significante flutuante. *Revista Z Cultural*, 8(2). Recuperado de <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>
- Hasan, V. F., & Gil, A. S. (2016). La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. *Revista Estudios de Género La Ventana*, 5(43), 246-280. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88446717009>
- Jaggar, A. M., & Bordo, S. R. (Orgs). (1997). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Record/Rosa dos Tempos.
- Jaggar, A. (1997). Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento* (pp. 157-185). Record/Rosa dos Tempos.
- Lander, E. (2000). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 8-23). Clacso.

- Lorde, A. (2019). As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In A. Lorde, *Irmã outsider: ensaios e outras conferências* (pp. 135-139). Autêntica.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. Buarque de Hollanda, *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 52-83). Bazar do Tempo.
- Malini, F.; Antoun, H. (2013). *@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Sulina.
- Mano, M. K. T. (2017). De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. *Lutas Sociais*, 21(39), 9-20. <https://doi.org/10.23925/ls.v21i39.35874>
- Marques de Melo, J. (2003). *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. EDIPUCRS.
- Mata, M. C. (2002). Comunicación, ciudadanía y poder. Pistas para pensar su articulación. *Diálogos de la comunicación*, (64), 52-74.
- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras – Estudos midiáticos*, 8(1), 5-15. Recuperado de <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>
- Matos, M. (2008). Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, 16(2), 333-357. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>
- Meditsch, E. (1998). Jornalismo como forma de conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 21(1), 25-38. <https://doi.org/10.1590/rbcc.v21i1.956>
- Michaelis. (n. d.). Militante. In *Michaelis, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa [online]*. Melhoramentos. Recuperado de <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=militante>
- Montiel, A. V. (2014). Igualdad de género, poder y comunicación: las mujeres en la propiedad, dirección y puestos de toma de decisión. *La Ventana*, 5(40), 186-212. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5202528>
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélago.
- Moraes, F. (2020). A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. In M. R. Maia, & M. Y. Passos (Orgs.), *Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes* (pp. 65-80). Catarse.
- Natansohn, G. (2013). Que têm a ver as tecnologias digitais com o gênero? In G. Natansohn (Org.), *Internet em código feminino: teorias e práticas* (pp. 15-38). La Crujía.
- Oyèwùmí, O. (2020). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In H. Buarque de Hollanda, *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 84-95). Bazar do Tempo.
- Park, R. E. (1940). News as a form of knowledge: a chapter in the Sociology of Knowledge. *American Journal of Sociology*, 45(5), 669-686. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/2770043>
- Peruzzo, C. M. K. (1998). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Vozes.
- Peruzzo, C. M. K. (2013). Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura*, 11(1), 138-158. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>
- Peruzzo, C. M. K. (2022). *Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais*. Sulina.
- Pinto, A. F. M. (2006). *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. Recuperado de <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/6432>
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET de Filosofia*, 18(2), 59-103 <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v18i2.68171>
- Silveira-Barbosa, P. (2019). *Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re) pensar o jornalismo*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório Institucional UEPG. Recuperado de <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3163>
- Sponholz, L. (2003). Objetividade em jornalismo: Uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Famecos*, Porto Alegre, (21), 110-120. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3219/2483>
- Sponholz, L. (2008). As objetividades do jornalista brasileiro. *Libero*, (21), 69-77. Recuperado de <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/05/As-objetividades-do-jornalista-brasileiro.pdf>
- Teitelbaum, P. (1997). A teoria feminista e os testes padronizados. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Orgs), *Gênero, Corpo, Conhecimento* (pp. 333-345). Record/ Rosa dos Tempos.
- Tuchman, G. (1980). *Making news: a study in the construction of reality*. Free Press.
- Unesco. (1999). *Recomendaciones para un uso no sexista del lenguaje*. Unesco. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114950>
- Veiga da Silva, M. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume – Repositório digital. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>
- Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Insular.
- Veiga da Silva, M. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>
- Veiga da Silva, M. , & Moraes, F. (2019, 11-14 de junho). *A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora*. [Apresentação de trabalho]. XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, Brasil. Recuperada de: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategia?lang=pt-br>.
- Woitowicz, K. J., & Rocha, P. M. (2014). Estudos de gênero

no jornalismo: perspectivas de análise das mulheres jornalistas e das representações de gênero. In K. J. Woitowicz, & P. M. Rocha (Orgs.), *Marcas e discursos de gênero: representações femininas e outros olhares* (pp. 28-43). Editora UEPG.

Woitowicz, K. J.; Rocha, P. M. (2018). Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional. In L. Aguiar, M. P. Silva, & M. Martinez (Orgs.), *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo* (pp. 53-68). Life Editorial.

Woitowicz, K. J. (2019). *Periodismo alternativo y militancia feminista: Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador*. CIESPAL.



**Contribuições feministas ao jornalismo: o ativismo como prática transformadora**

**Contributions féministes au journalisme : l'activisme comme pratique transformatrice**

**Feminist contributions to journalism: activism as a transformative practice**

**Contribuciones feministas al periodismo: el activismo como práctica transformadora**

**Pt.** Neste artigo, de caráter ensaístico, revisitamos os referenciais positivistas das práticas e estudos sobre jornalismo, a partir de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de discutir seus limites na contemporaneidade e apresentar uma sistematização de pesquisas acadêmicas que revelam práticas jornalísticas inclusivas. Entende-se que os referenciais positivistas conduziram a formação de profissionais nos cursos de graduação em jornalismo e prevaleceram no exercício da profissão ao longo do século XX. A incursão considera os aspectos históricos e sociais que conformam a sociedade brasileira e latino-americana, bem como as contribuições para o jornalismo desenvolvidas por teóricas e intelectuais vinculadas aos Estudos Feministas. A reflexão considera pesquisas e experiências que demonstram o impacto positivo de práticas comunicativas de movimentos sociais para o campo da Comunicação, como por exemplo o estudo de Cicilia Peruzzo (1998), que identificou em rádios comunitárias latinoamericanas uma série de ações capazes de viabilizar a participação popular na comunicação, inclusive aquela chamada “tradicional”. Outro exemplo citado na discussão é o trabalho do grupo de ativismo homossexual Triângulo Rosa que resultou na inclusão do item que veda a discriminação por orientação sexual no Código de Ética dos Jornalistas em 1986 (Câmara, 2002). Como resultado, apresentamos reflexões presentes em pesquisas acadêmicas que oferecem contribuições para ensinar outras formas de ensinar e produzir o jornalismo numa lógica orientada para o exercício pleno da cidadania de todas as pessoas, com destaque para o jornalismo com perspectiva de gênero e a abordagem inclusiva. A reflexão conclui que a crítica feminista da epistemologia expande a compreensão para outros modos de construção do conhecimento e de pensar a prática jornalística tensionando as estruturas de poder e promovendo o reencontro do jornalismo com os princípios de democracia e da cidadania.

**Palavras chaves:** Jornalismo. Ativismo. Estudos feministas.

**Fr.** Dans cet article, de nature essayistique, nous revisitons les références positivistes des pratiques et études journalistiques, à partir d'une revue bibliographique, dans le but de discuter de leurs limites à l'époque contemporaine et de présenter une systématisation des recherches académiques révélatrices de pratiques journalistiques inclusives. Il est entendu que les références positivistes ont conduit à la formation de professionnels dans des cours de journalisme de premier cycle et ont prévalu dans l'exercice de la profession tout au long du XXe siècle. L'incursion considère les aspects historiques et sociaux qui façonnent la société brésilienne et latino-américaine, ainsi que les contributions au journalisme développées par des théoriciennes et des intellectuelles liées aux études féministes. La réflexion considère les recherches et les expériences qui démontrent l'impact positif des pratiques communicatives des mouvements sociaux dans le domaine de la communication, comme l'étude de Cicilia Peruzzo (1998), qui a identifié dans les radios communautaires latino-américaines une série d'actions capables de permettre la participation populaire dans la communication, y compris celle dite « traditionnelle ». Un autre exemple cité dans la discussion est le travail du groupe d'activisme homosexuel Triângulo Rosa, qui a abouti à l'inclusion de l'article interdisant la discrimination fondée sur l'orientation sexuelle dans le Code de déontologie des journalistes en 1986 (Câmara, 2002). En conséquence, nous présentons des réflexions présentes dans la recherche universitaire qui offrent des contributions pour proposer d'autres manières d'enseigner et de produire le journalisme dans une logique orientée vers le plein exercice de la citoyenneté par tous, en mettant l'accent sur un journalisme avec une perspective de genre et une approche inclusive. La réflexion conclut que la critique féministe de l'épistémologie élargit la compréhension à d'autres manières de construire des connaissances et

de penser la pratique journalistique, en tendant les structures de pouvoir et en promouvant la réunion du journalisme avec les principes de démocratie et de citoyenneté.

**Mots-clés:** Journalisme. Activisme. Études féministes.

**En** In this article, of an essayistic nature, we revisit the positivist references of journalism practices and studies, based on a bibliographical review, to discuss their limits in contemporary times and present a systematization of academic research that reveals inclusive journalistic practices. It is understood that positivist references led to the training of professionals in undergraduate journalism courses and prevailed in the practice of the profession throughout the 20th century. The incursion considers the historical and social aspects that shape Brazilian and Latin American society and the contributions to journalism developed by theorists and intellectuals linked to Feminist Studies. The reflection considers research and experiences that demonstrate the positive impact of communicative practices of social movements in the field of Communication, such as the study by Cecilia Peruzzo (1998), which identified in Latin American community radio stations a series of actions capable of enabling participation popular in communication, including that called “traditional”. Another example cited in the discussion is the work of the homosexual activism group Triângulo Rosa, which included the item prohibiting discrimination based on sexual orientation in the Code of Ethics for Journalists in 1986 (Câmara, 2002). As a result, we present reflections from academic research that offer contributions to provide other ways of teaching and producing journalism in a logic-oriented towards the full exercise of citizenship by all people, with emphasis on journalism with a gender perspective and an inclusive approach. The reflection concludes that the feminist critique of epistemology expands understanding to other ways of constructing knowledge and thinking about journalistic practice, tensioning power structures, and promoting the reunion of journalism with the principles of democracy and citizenship.

**Key words:** Journalism. Activism. Feminist Studies.

**Es** En este artículo, de carácter ensayístico, revisamos los referentes positivistas de las prácticas y estudios periodísticos, a partir de una revisión bibliográfica, con el objetivo de discutir sus límites en la época contemporánea y presentar una sistematización de investigaciones académicas que revele prácticas periodísticas inclusivas. Se entiende que los referentes positivistas propiciaron la formación de profesionales en las carreras de pregrado en periodismo y prevalecieron en el ejercicio de la profesión a lo largo del siglo XX. La incursión considera los aspectos históricos y sociales que configuran la sociedad brasileña y latinoamericana, así como los aportes al periodismo desarrollados por teóricas e intelectuales vinculadas a los Estudios Feministas. La reflexión considera investigaciones y experiencias que demuestran el impacto positivo de las prácticas comunicativas de los movimientos sociales en el campo de la Comunicación, como el estudio de Cecilia Peruzzo (1998), que identificó en las radios comunitarias latinoamericanas una serie de acciones capaces de posibilitar la participación popular en la comunicación, incluido la llamada “tradicional”. Otro ejemplo citado en la discusión es el trabajo del grupo de activismo homosexual Triângulo Rosa, que resultó en la inclusión del artículo que prohíbe la discriminación basada en la orientación sexual en el Código de Ética para Periodistas en 1986 (Câmara, 2002). Como resultado, presentamos reflexiones presentes en investigaciones académicas que ofrecen aportes para brindar otras formas de enseñar y producir periodismo en una lógica orientada al ejercicio pleno de la ciudadanía por parte de todas las personas, con énfasis en el periodismo con perspectiva de género y el enfoque inclusivo. La reflexión concluye que la crítica feminista a la epistemología amplía la comprensión a otras formas de construir conocimiento y pensar sobre la práctica periodística, tensionando las estructuras de poder y promoviendo el reencuentro del periodismo con los principios de democracia y ciudadanía.

**Palabras clave:** Periodismo. Activismo. Estudios feministas.